

Plenário aprova meio ambiente com maioria "verde"

Da Sucursal de Brasília

O verde tomou conta do placar eletrônico do Congresso constituinte ontem às 16h18, quando os parlamentares aprovaram o capítulo "Do Meio Ambiente". Foram 450 votos "sim" (luz verde) contra três "não" (luz vermelha).



com quatro abstenções (luz laranja). O texto aprovado é uma fusão de emendas de vários parlamentares, resultante de um acordo de lideranças fechado na manhã de ontem. Outra emenda aprovada foi a de autoria do senador Itamar Franco (sem partido-MG), que determina que a localização de usinas nucleares será definida por lei federal.

O texto aprovado, novidade nas Constituições brasileiras, exige "estudo prévio de impacto ambiental" — a ser definido em lei — para "instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente". Estabelece também a obrigatoriedade de recuperação do "ambiente degradado" em decorrência de atividades de mineração.

A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a zona costeira tornam-se patrimônio nacional e sua utilização só poderá ser feita, "na forma da lei", respeitando-se o meio ambiente e os recursos naturais.

O capítulo inclui a sujeição dos responsáveis por "condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente" a sanções penais e administrativas, "independentemente da obrigação de reparar os danos causados". O texto também encarrega o poder público de definir áreas em todas as unidades da Federação e considerá-las parques e reservas ecológicas; implantar a "educação ambiental em todos os níveis de

ensino" e fiscalizar entidades "dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético".

Negociações

Nas negociações, parlamentares que tradicionalmente sustentam as posições do Centrão passaram a apoiar as propostas da Frente Parlamentar Verde, possibilitando um rápido entendimento e um texto que incluiu as principais reivindicações dos movimentos ambientalistas.

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Cunha Bueno (PDS-SP) e Ricardo Izar (PFL-SP) — membros do Centrão — aliaram-se ao deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), representante dos ecologistas. "Evitamos que o meio ambiente se transformasse numa questão de esquerda ou de direita, unindo diversos setores em sua defesa", disse Feldmann.

Trinta nações indígenas enviaram ontem representantes ao gabinete de Covas. "Pedimos uma lei para nos proteger", disse o cacique dos Txucarramãe, Raoni, a Covas, depois de apresentá-lo com um cocar. As negociações em torno do capítulo dos índios começam hoje.

Até o início da noite de ontem, não havia acordo para o Capítulo da Família. Pela manhã, houve divergência sobre os direitos das pessoas que vivem em "união estável". O número de divórcios também deve provocar polêmica.



No salão de café, parlamentares assistem à final da Copa Europa disputada pelo Benfica (Portugal) e PSV (Alemanha)

O que foi aprovado

Título VIII
Do Ordenamento
Capítulo VI
Do Meio Ambiente
Art. 202 — Toda é um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Impõe-se ao Poder Público e ao dever de defendê-lo e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Parágrafo 1º — Para assegurar a efetividade do direito referido neste artigo, incumbe ao Poder Público:
I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos ecossistemas que justifiquem sua proteção;
IV — exigir, na forma da lei para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora, de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
V — controlar a produção, comercialização e/ou emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
VII — proteger a fauna e a flora, vedando, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.
Parágrafo 2º — Aquela que explorar recursos minerais fica obrigada a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
Parágrafo 3º — As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
Parágrafo 4º — A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira são Patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do seu meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais.
Parágrafo 5º — São insusceptíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
Parágrafo 6º — As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Final da Copa Europa consegue o "quórum" de 30 parlamentares

RICARDO AMARAL
Da Sucursal de Brasília

As 20 polegadas de um aparelho de TV brilharam mais que as votações sobre meio ambiente, para um grupo de 30 parlamentares de vários partidos, durante a sessão de ontem do Congresso constituinte. Alheios aos discursos dos colegas, senadores e deputados preferiram assistir à partida entre PSV (que os mais velhos chamavam de PSD) Eindhoven e Benfica, pela final da Copa Europa, no salão de café anexo ao plenário.

Nem a modorra da partida, que o deputado Arnaldo Faria de Sá (PMB-SP) classificou como "uma pelada", desanimou os torcedores. Só a voz do presidente Ulysses Guimarães, comandando as votações pelo alto-falante, conseguia desgrudar os constituintes da TV, para uma rápida corrida ao plenário. Maior era a correria para voltar ao café. Só havia 12 cadeiras disponíveis, as "numeradas".

"Ninguém sabe"
"O que é que estão votando lá fora?" perguntou Basílio Vilani (PMDB-PR), antes de abandonar sua "numerada". "Ninguém sabe o que está votando, o negócio é acompanhar a liderança", ensinava José Fernandes (PDT-AM), que votou a favor de uma emenda do senador Itamar Franco, regulamentando a localização de usinas atômicas, sem saber realmente do que se tratava. Arnaldo Faria de Sá, que preferia mesmo ficar em frente à TV, foi catapultado ao plenário, no início do segundo tempo, porque Roberto Jefferson (PTB-RJ) exigiu ouvir a liderança do PMDB. Faria de Sá perdeu o lugar.

Ziza, que jogou futebol pelo Atlético Mineiro, fazia provocações ao presidente do Flamengo e deputado do PMDB do Rio, Márcio Braga, entusiasmado com a atuação do ex-flamenguista Mozer, do Benfica. "Depois que você vendeu o Mozer, pode desistir de ser prefeito do Rio", provocou. "Não se elege nem vereador, agora que vendeu o Renato, também", emendou Faria de Sá. Wladimir Palmeira preferiu ideologizar suas queixas, quando Gilson Machado (PFL-PE) ficou na frente da TV. "Até aqui esse latifundiário atrapalha".

Flamengo
Roberto Freire (PCB-PE) chegou no final do segundo tempo e foi logo provocando o presidente do Flamengo: "Esse jogo é que define quem será o adversário do Sport de Recife na disputa de campeão do mundo?" perguntou. "Se o Sport for pra lá eu quero chefiar a delegação", retrucou Braga que ainda quer ver o Flamengo ser campeão brasileiro oficialmente, no lugar do Sport. "Eu bem que gostaria de torcer pelo Benfica, agora que Portugal é um país democrático, mas não fico no

mesmo time do José Lourenço (líder do PFL e português nato) de jeito nenhum. Prefiro ver esses galegos holandeses, que também são imperialistas, e já dominaram Pernambuco, contra o meu Sport", discursou Freire.

"Pois eu nem quero saber, torço pelo Benfica só porque joga de camisa vermelha", atalhou José Genoíno (PT-SP). Alguém gritou da porta que o sr. Ulysses está chamando para votar. "Vai dizer ao faraó pra ver se eu estou na esquina", comandou José Fernandes. Mais pragmático, o senador Ronan Tito (PMDB-MG) faz uma sugestão: "Peçam ao Brandão Monteiro (PDTRJ) pra levantar uma questão de ordem. Ele atrasa a votação até a disputa de penaltis".

Nelson Sabrá (PFL-RJ) interrompe a platéia para defender a emenda que proíbe o fumo em recinto fechado, como o salão do café. Perde pelo menos quatro votos por ter atrapalhado o jogo: de Márcio Braga, Ziza Valadares, Wladimir Palmeira e Aécio Neves. Tadeu França (PMDB-PR), 1 metro e 95, ganha sua vaia e ameaça chamar Otávio Elísio (sem partido-MG), 2 metros, para "fazer obstrução". Dalton Canabrava (PMDB-MG) estranha a multidão e comenta: "Só o futebol pra unir tanta gente". Aécio Neves concorda: "É jogo pra casa cheia". Márcio Braga define: "É renda recorde".

Evangélico é derrotado em sua emenda contra o fumo

Da Sucursal de Brasília

"É proibido fumar nos ambientes fechados." Curto, grosso e sem filtro, este é o texto da emenda que o evangélico Fausto Rocha (PFL-SP) queria incorporar ao capítulo "Do Meio Ambiente". O deputado defendeu sua tese num plenário enfumacado por maços e maços de cigarros.

O deputado Jose Genoíno (PT-SP) reagiu. "Estou tranquilo para encaminhar a votação contra, porque deixei de fumar há um mês", disse, atacando "essa paranóia de não fumar em ambientes fechados". Genoíno disse que a proposta era

"absurda" e não era matéria constitucional.

O encaminhamento da votação foi uma mistura fina de ambiguidade e surrealismo. "Já dizia o poeta: é proibido proibir", ensaiou Adolpho de Oliveira (PL-RJ). Amaral Netto (PDS-RJ) pediu que o deputado Ulysses Guimarães usasse a "autoridade para pedir que os constituintes e os jornalistas não fumassem no plenário".

Entre uma tragada e outra, a emenda foi rejeitada por 264 votos a 160, com 28 abstenções. (Marcelo Xavier de Mendonça)

Newton reúne 'lobby do queijo' contra divisão de Minas

BOB FERNANDES
Da Sucursal de Brasília

O governador de Minas, Newton Cardoso (PMDB), avisou ontem que um novo lobby está a caminho do Congresso constituinte: o lobby do queijo. "É uma promoção dos nossos laticínios. Vamos mandar um queijo a cada um, com um cartãozinho, pedindo: dívida o queijo e não Minas". Contra a criação do Estado do Triângulo Mineiro, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, reuniu ontem para um almoço de duas horas, 15 ilustres, e quase sempre adversários, políticos e personalidades de Minas.

Lá estavam o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o ex-governador, piauiense, Francelino Pereira, ambos do PFL. O senador Ronan Tito (PMDB) defensor dos quatro anos de mandato, ouviu, impávido, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) dar uma declaração de voto pelos cinco anos: "Rompi com o governo na questão da forma de governo mas não com a transição. Não podemos ter eleições agora pois não temos nem partidos políticos."

O escritor França Júnior (autor de "Oswaldo, um brasileiro"), feroz adversário de Newton Cardoso nas eleições de 86, ao final do almoço, ouviu do governador. "E aí, o que

nosso Vale do Jequetinhonha precisa?". Surpreso, o escritor respondeu: "De uma universidade", e Newton perguntou: "Mas isso não é coisa de elite?". Não será, rebateu o escritor, "se for voltada para os interesses e a realidade miserável da região."

O escritor, com tato, arriscou uma sugestão a Newton Cardoso: "Essa universidade poderia ajudar na sua imagem que não é muito boa junto aos intelectuais, professores, nessa área." Foi interrompido: "Você teria coragem de me ajudar nesta proposta sua?", perguntou o governador, recebendo a resposta mineira: "É como essa reunião de hoje. Se for pelo bem de Minas..."

A saída, o governador abordou o senador Ronan Tito e lhe pediu: "Vote cinco anos para Sarney." O senador respondeu "não", iniciando o diálogo: "Mas você tinha me prometido", disse Newton. "Prometi, mas com o parlamentarismo", afirmou Tito. "Me ajuda, o Sarney tá ajudando muito a Minas e todo mundo sabe que já deu cinco anos", tentou prosseguir Newton. O senador encerrou: "Não, eu fico com os quatro. E eu sempre votei tudo que o Palácio mandou para o Senado mas, mesmo assim, sofri retaliações."

Se havia divergências partidárias e políticas, o tom dos 13 discursos, ao longo de 1h15, foi o mesmo.



O governador Newton Cardoso (terceiro da esq. para a dir.) faz lobby durante o almoço, contra a divisão de Minas

Louvou-se Minas, a mineiridade, a união e, com frase de efeito, manifestou-se o repúdio à divisão. "Não se pode esquartejar Minas como se esquartejou o corpo de Tiradentes", pregou Arinos.

Na residência oficial, na Granja das Águas Claras, o governador José Aparecido apresentava os oradores. Arinos, com um discurso recheado com lances da história de Minas e da incorporação do Triângulo ao Estado, no século 18, terminou sendo cumprimentado por Newton: "Belíssimo, belíssimo."

O governador falou das desvantagens econômicas, do "sacrifício lendário de Dona Beja". Aureliano Chaves, numa referência ao conceito de "Minas geográfica", emitido por Newton, disse: "Minas, antes de ser geografia, é sentimento." Disse também que "sabedoria é manter a boca fechada e os olhos abertos."

Vivaldi Moreira, da Academia Mineira de Letras, os ex-governadores do PSD, Pio Canedo, Francelino Pereira do PFL, o ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco e o ex-vice-governador

João Marques também discursaram. Todos iniciaram seus pronunciamentos, com duração média de quinze minutos, afirmando que "nada mais havia a dizer".

Findo o encontro, ao receber um abraço do ministro José Hugo, o governador Newton Cardoso ainda declamaria: "Mineiro não fuma, pita; dorme no chão para não cair da cama; planta verde para colher maduro e não dá passo maior que a perna." Informou, por fim, que os 559 constituintes receberão seus queijos antes da votação.

JORNALISMO
SEM LUGAR

